

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2017
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 29/09/2017.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e site da Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

1.1 – RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a Agosto de 2017, o resultado primário foi de R\$ 376.575,30. Esse valor

é R\$ 6.020.355,12, superior ao valor inicialmente estabelecido de R\$ (5.643.779,82). O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias, porém sem gerar excedentes, em virtude de saldos de exercícios anteriores, para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 787.034,05 no período.

RECEITA	Programado no período	Realizado no período	%
			Real / Progr.
Receitas Correntes	55.261.240,66	54.072.236,68	97,85%
(-) Rendimentos de Aplicações	(4.622.860,00)	(3.867.113,91)	83,65%
(-) Deduções da Receita Corrente	(5.682.152,80)	(5.928.012,32)	104,33%
1 (=) Receitas Primárias Correntes	44.956.227,86	44.277.110,45	98,49%
Receitas de Capital	3.358.100,00	2.350.768,31	70,00%
(-) Operações de Crédito	(1.310.000,00)	(1.256.006,20)	95,88%
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00%
(-) Alienação de Ativos	0,00	(18.490,00)	-
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00	(4.736,81)	-
2 (=) Receitas Primárias de Capital	2.048.100,00	1.071.535,30	52,32%
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	47.004.327,86	45.348.645,75	96,48%
DESPESA			
	Programado no período	Realizado no período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	44.786.581,02	41.908.311,52	93,57%
(-) Juros e Encargos da Dívida	(365.340,00)	(274.685,19)	75,19%
4 (=) Despesas Primárias Correntes	44.421.241,02	41.633.626,33	93,72%
Despesas de Capital	5.248.889,86	3.850.792,98	73,36%
(-) Concessão de Empréstimos	(1.500,00)	0,00	0,00%
(-) Amortização da Dívida	(424.539,86)	(512.348,86)	120,68%
5 (=) Despesas Primárias de Capital	4.822.850,00	3.338.444,12	69,22%
6 Reserva de Contingência	277.866,66	0,00	0,00%
7 Reserva do RPPS	3.126.150,00	0,00	0,00%
8 Despesas Primárias Liquidas (4+5+6+7)	52.648.107,68	44.972.070,45	85,42%
9 Resultado Primário (3 - 8)	(5.643.779,82)	376.575,30	-6,67%
10 Saldos de Exercícios Anteriores		2.524.806,90	

O superávit observado deveu-se, principalmente, a adequação das despesas primárias às receitas primárias. As receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções da receita, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos - que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 45.348.645,75, correspondendo a 96,48% da meta prevista. O valor verificado foi superior às despesas primárias - representadas pelas despesas totais do

Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 44.972.070,45. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário 6,67% acima da projeção para o período.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, o resultado primário diminuiu em 57,27%, ou seja, no 2º quadrimestre de 2017 o resultado primário foi de R\$ 881.268,57.

1.2 – RESULTADO NOMINAL

QUADRO 2 – RESULTADO NOMINAL			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Dívida Consolidada	3.500.821,23	3.730.757,88	106,57%
(-) Disponibilidades Financeiras	14.975.887,10	17.545.927,17	117,16%
Dívida Consolidada Líquida	(11.475.065,87)	(13.815.169,29)	120,39%
Receita de Privatizações	0,00	18.490,00	-
Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00%
Dívida Fiscal Líquida	(11.475.065,87)	(13.796.679,29)	120,23%
Resultado Nominal	443.376,47	3.499.743,33	789,34%

Fonte: Programação Financeira e RREO

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 3.499.743,33, superior à previsão para o período que era de R\$ 443.376,47. O Resultado Nominal que estamos considerando foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação da Dívida Fiscal Líquida do final de 2016, que era de (R\$ 17.296.422,62), menos a Dívida Fiscal Líquida em Agosto de 2017, que é de (R\$ 13.796.679,29). Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para um aumento no nível de endividamento municipal, e mesmo superando a meta programada para o período, fica evidenciado o atingimento do

limite de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, consequentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	SALDO ATUAL	VAR %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	2.980.701,09	3.730.757,88	25,16%
Dívida Contratual	2.980.701,09	3.730.757,88	25,16%
PIMES - Contrato 0036/2012	122.568,76	0,01	-100,00%
FINAME - Caminhos da Escola 40/02423-7	88.051,32	55.081,64	-37,44%
PIMES/BADESUL - Contrato 069/2014	738.256,34	569.512,02	-22,86%
PIMES/BADESUL - Contrato 033/2016	853.993,80	958.333,34	12,22%
BRDE/BNDES - Contrato 64.987/2016	562.934,93	1.304.911,93	131,81%
BRDE/BNDES - Contrato 64.988/2017	334.895,94	702.918,94	109,89%
Parcelamento Aquisição Imóvel	280.000,00	140.000,00	-50,00%
DEDUÇÕES (2)	20.336.066,48	17.177.005,87	-15,53%
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.874.824,54	12.350.635,73	25,07%
Demais Haveres Financeiros	11.168.835,29	4.979.815,13	-55,41%
(-) Restos a Pagar Processados	(707.593,35)	(153.444,99)	-78,31%
DÍVIDA CONS. LÍQUIDA - DCL (1 - 2)	(17.355.365,39)	(13.446.247,99)	-22,52%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.105.164,01	60.402.123,74	2,19%
% DA DC sobre a RCL	5,04%	6,18%	
% DA DCL sobre a RCL	-29,36%	-22,26%	
Fonte: Programação Financeira e RREO			

A Dívida Consolidada Líquida ao final do quadrimestre totalizou (R\$ 13.446.247,99), demonstrando um acréscimo de 22,52 % em relação ao saldo do quadrimestre anterior o qual foi influenciado, principalmente, pelo acréscimo da Dívida Consolidada. Em decorrência desse crescimento a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em (22,26) negativos, contra (29,35) negativos no exercício anterior, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida - ao apresentar o coeficiente de menos (22,26) vezes a Receita Corrente Líquida no período avaliado.

2. RECEITA

QUADRO 4 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA					
Discriminação	Previsão Anual	Programado no Período	Realizado no Período	% Real. Ano	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	78.379.600,00	50.911.740,66	49.892.839,31	63,66%	98,00%
Receita Tributária	10.624.400,00	7.607.960,00	7.273.190,58	68,46%	95,60%
Receita de Contribuições	2.817.500,00	1.689.700,00	1.573.613,52	55,85%	93,13%
Receita Patrimonial	6.953.000,00	4.627.840,00	3.984.389,58	57,30%	86,10%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita de Serviços	257.500,00	194.280,00	151.738,63	58,93%	78,10%
Transferências Correntes	55.301.400,00	35.188.650,66	35.471.762,94	64,14%	100,80%
Outras Rec. Correntes	2.425.800,00	1.603.310,00	1.438.144,06	59,29%	89,70%
2 – Receitas de Capital	4.766.300,00	3.358.100,00	2.350.768,31	49,32%	70,00%
Operações de Crédito	1.310.000,00	1.310.000,00	1.256.006,20	95,88%	95,88%
Alienação de Bens	119.500,00	0,00	18.490,00	15,47%	-
Transfer. De Capital	3.181.600,00	1.945.650,00	992.343,69	31,19%	51,00%
Outras Rec. De Capital	155.200,00	102.450,00	83.928,42	54,08%	81,92%
3 - Operações Intra-Orçam.	8.182.800,00	4.349.500,00	4.179.397,37	51,08%	96,09%
4 (-) Deduç. da Receita	(8.666.700,00)	(5.682.152,80)	(5.932.749,13)	68,45%	104,41%
Total da Receita	82.662.000,00	52.937.187,86	50.490.255,86	61,08%	95,38%

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 no montante de R\$ 82.662.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2017 foi de R\$ 50.490.255,86, tendo sido arrecadado, portanto, 61,08% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 52.937.187,86 constante na programação financeira, demonstra um déficit de 4,62%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado negativo das receitas de capital, principalmente as referente as Transferências de Capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 31,19% da programação anual.

2.1 – Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (Janeiro a Agosto), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 50.911.740,66. Os valores realizados corresponderam a R\$ 49.892.839,31, inferior 2,00% da meta estabelecida.

Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Transferências Correntes e a Tributária, que figuraram, respectivamente, com **70,25%** e **14,41%** do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho da Receita de Transferências Correntes, que apresentou variação positiva de 100,80% em relação ao valor projetado para o período.

2.1.1 - Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 7.273.190,58, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 7.607.960,00, representa uma realização de 95,60% da projeção para o período e 68,46% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no Quadro 5, o **IPTU** arrecadou 102,96% da meta para o período, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 1.961.800,00, tendo sido arrecadados R\$ 2.019.867,16.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual havia uma projeção de R\$ 534.700,00 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 537.380,75, 100,50% do valor previsto para o período. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um **decréscimo de 12,00 %** em relação a igual período do **exercício anterior**.

Em relação ao **ISSQN**, a arrecadação no período foi de R\$ 2.020.445,09, o que representa 89,34% da previsão para o período. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação de uma política de combate à sonegação de impostos.

As **Taxas** apresentaram o ingresso de R\$ 1.088.859,73 contra uma projeção de R\$ 1.147.000,00. Arrecadou-se, portanto, 94,93% da meta para o período.

As Receitas de **Contribuições de Melhoria** acumularam no ano, até o mês de Agosto, o valor de R\$ 144.990,48, correspondendo a 31,94% da previsão para o período.

QUADRO 5 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Impostos	6.006.960,00	6.039.340,37	100,54%
I P T U	1.961.800,00	2.019.867,16	102,96%
I R R F	1.249.060,00	1.461.647,37	117,02%
I T B I	534.700,00	537.380,75	100,50%
I S S Q N	2.261.400,00	2.020.445,09	89,34%
Taxas	1.147.000,00	1.088.859,73	94,93%
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	217.400,00	154.163,70	70,91%
Taxas p/ Prestação de Serviços	929.600,00	934.696,03	100,55%
Contribuição de Melhorias	454.000,00	144.990,48	31,94%
Total das Receitas Tributárias	7.607.960,00	7.273.190,58	95,60%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

2.1.2 - Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de agosto, o valor R\$ 1.573.613,52, correspondendo a 55,85% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da Contribuição Previdenciária de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas e registraram uma arrecadação de R\$ 1.013.704,75, correspondendo a 91,97 % da projeção para o período.

QUADRO 6 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Contribuições Sociais	1.102.200,00	1.013.704,75	91,97%
Contribuições Previdenciárias	1.102.200,00	1.013.704,75	91,97%
Contribuições Econômicas	587.500,00	559.908,77	95,30%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	587.500,00	559.908,77	95,30%
Total das Receitas de Contribuições	1.689.700,00	1.573.613,52	93,13%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

2.1.3 - Transferências Correntes

Conforme se visualiza no Quadro 7, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – **FPM** –, que realizou R\$ 10.101.825,85 no período, correspondendo a 109,91% da previsão para o período. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e evolução da arrecadação nos últimos três exercícios. Até o mesmo período do exercício anterior, haviam sido arrecadados R\$ 9.137.858,82, portanto neste exercício foram arrecadados R\$ 963.967,03 a mais que no mesmo período do exercício anterior.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – **Lei Kandir** – realizou 95,32% do valor previsto para o período. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no **ICMS**, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 14.923.972,82, ou seja 99,75% da expectativa para o período, que era de R\$ 14.961.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao **índice** de participação do Município, que sofreu um **decréscimo de (10,47%)** em relação ao ano anterior. Devemos destacar que no dia 29 de dezembro de 2016 houve uma antecipação no valor do ICMS, que seria transferido na primeira semana de 2017, no valor de R\$ 527.468,80.

No mesmo período do exercício anterior haviam sido arrecadados R\$ 15.884.835,01 no valor da participação do Município no ICMS, obtendo um declínio de R\$ 960.862,19 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – **IPVA** – arrecadou R\$ 2.075.963,37, ou seja, 94,06% do projetado para o período.

Do Imposto sobre os Produtos Industrializados – **IPI/Exportação** – para o qual havia uma projeção de R\$ 194.500,00 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 215.297,10 110,69% do valor previsto para o período.

QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Transferências da União	11.259.950,68	11.829.439,27	105,06%
Cota parte do F P M	9.190.700,00	10.101.825,85	109,91%
Cota parte do I T R	12.400,00	2.523,56	20,35%
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	75.900,00	105.915,83	139,55%
Transf.do Fundo Nacional Saude	1.067.860,00	874.754,81	81,92%
Transferências do F N A S	84.333,34	48.018,60	56,94%
Transferências do F N D E	654.360,00	597.544,19	91,32%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	99.664,00	95.001,36	95,32%
Auxílio Financeiro - Esforço Exportador	62.800,00	0,00	0,00%
Transferências de Convênios	11.933,34	3.855,07	32,31%
Transferências do Estado	18.046.500,00	17.743.803,83	98,32%
Cota Parte do I C M S	14.961.000,00	14.923.972,82	99,75%
Cota Parte do I P V A	2.207.100,00	2.075.963,37	94,06%
Cota Parte do I P I / Exportação	194.500,00	215.297,10	110,69%
Cota parte da C I D E	30.700,00	32.482,10	105,80%
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	544.600,00	419.371,70	77,01%
Transferências de Convênios	108.600,00	76.716,74	70,64%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

As Transferências de **Convênios** registraram o montante de R\$ 80.571,81, contra uma previsão de R\$ 120.533,34.

As **Outras Transferências Correntes** registraram o montante de R\$ 21.550,00, representando 22,68% do total previsto. Na composição deste grupo temos as Transferências de Insituições Privadas e Transferências de Pessoas.

2.1.4 - Transferências do F U N D E B

QUADRO 8 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programado p/ período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Valores Recebidos do FUNDEB	5.853.400,00	5.848.694,45	99,92%
Valores Transferidos para o FUNDEB	(5.237.452,80)	(5.355.976,36)	102,26%
Ganho / Perda com o FUNDEB	615.947,20	492.718,09	79,99%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 49,32% do projetado para o exercício. O melhor desempenho foi no item das Operações de Crédito, que arrecadou 95,88% do programado para o período. A maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital, que demonstraram um ingresso de 51,00% diante do projetado para o período, correspondendo a R\$ 992.343,69. Na composição dessa receita prevalece o item Transferências de Convênios, que teve desempenho desfavorável.

QUADRO 9 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS			
DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	3.358.100,00	2.350.768,31	70,00%
Operações de Crédito	1.310.000,00	1.256.006,20	95,88%
Alienação de Bens	0,00	18.490,00	-
Transferências de Capital	1.945.650,00	992.343,69	51,00%
Outras Receitas de Capital	102.450,00	83.928,42	81,92%
Fonte: Programação Financeira e Balançetes Orçamentários			

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a agosto de 2017, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,91, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 4.731.151,36.

As Despesas Liquidadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até agosto de 2017 totalizaram R\$ 45.759.104,50, valor equivalente a 91,45% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 41.908.311,52, correspondendo a

93,57% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 3.850.792,98, inferiores ao valor projetado para o período, em R\$ 1.398.096,88.

QUADRO 10 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)			
Receita Realizada	Programada no período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	52.937.187,86	50.490.255,86	95,38%
Despesa Realizada	Programada no período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	44.786.581,03	41.908.311,52	93,57%
Pessoal e Encargos Sociais	29.044.107,69	28.062.515,63	96,62%
Juros e Encargos da Dívida	365.340,00	274.685,19	75,19%
Outras Despesas Correntes	15.377.133,34	13.571.110,70	88,26%
Despesas de Capital	5.248.889,86	3.850.792,98	73,36%
Investimentos	4.822.850,00	3.338.444,12	69,22%
Inversões Financeiras	1.500,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	424.539,86	512.348,86	120,68%
(2) Despesa Total	50.035.470,89	45.759.104,50	91,45%
Resultado Orçamentário (1 - 2)	2.901.716,97	4.731.151,36	163,05%
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	0,95	0,91	104,29%

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, as despesas totais cresceram **7,56%**, sendo que as despesas correntes haviam totalizado R\$ 37.488.004,86, obtendo um incremento de **11,79%** no exercício de 2017, em contrapartida, as receita correntes aumentaram **2,96%**.

3.1 – Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 274.685,19, correspondendo a 75,19 % do total estimado para o período. Já

as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 512.348,86, representaram um desembolso correspondente a 120,68 % do total programado.

3.2 – Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 4.822.850,00, apresentando uma execução de R\$ 3.338.444,12. Essa situação decorre do não ingresso das receitas de Transferências de Convênios projetados para o período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

QUADRO 11 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	
INVESTIMENTOS do EXECUTIVO	VALOR
Ampliação Pavimentação Urbana	1.561.456,93
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Secretarias	418.458,38
Ampliação da Rede de Esgoto Pluvial	217.852,85
Construção de Prédio para Feira do Produtor e Sala Multi	186.738,24
Restauração e Melhorias nas Vias Rurais	179.960,48
Recuperação das Vias Urbanas	176.896,60
Construção de Escola Educação Infantil	144.948,54
Construção de Escola Ensino Fundamental	102.099,28
Ampliação e Reformas em Escolas Ensino Fundamental	86.272,52
Construção de Calçada na Sec. Assistência Social	64.931,58
Ampliação e Reforma de Centros de Esporte e Lazer	52.969,40
Construção de Centros de Esporte e Lazer	38.800,73
Construção/Ampliação de Ginásio de Esportes em Escola	18.579,05
Ampliação e Reformas Habitacionais	10.001,30
Ampliação do Abastecimento de Água Potável	7.240,40
Construção de Unidade Central de Saúde	2.680,00
Construção de Unidades Habitacionais	800,00
Modernização e Reforma de Estádio Esportivo Municipal	602,75
Total	3.271.289,03
INVESTIMENTOS do LEGISLATIVO	VALOR
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Legislativo	22.203,48
Total	22.203,48

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (setembro/2016 a agosto/2017) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 51,30% e 5,70%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 40,53% para o Executivo e de 2,27% para o Legislativo.

QUADRO 12 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	77.092.540,98
(-) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	(1.644.925,69)
(-) Deduções da Receita Corrente	(9.122.524,07)
(-) Contribuição dos Servidores para o RPPS	(1.824.330,25)
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo RPPS	(1.073.453,18)
(-) Rendimentos de Aplicações do RPPS	(4.670.109,74)
Perda FUNDEB	324.086,79
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	59.081.284,84

QUADRO 13 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F				
PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	23.944.880,94	40,53%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	1.343.627,71	2,27%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	25.288.508,65	42,80%	57%	60%

Pode-se observar que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um **acréscimo** de **1,42** pontos percentuais para o Executivo e um **acréscimo** de **0,05** para o Legislativo, respectivamente. E em relação ao quadrimestre anterior a relação Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida obteve um **aumento** de **1,24** pontos percentuais para o Executivo e um **aumento** de **0,07** para o Legislativo.

Comparado ao mesmo período do exercício anterior (2º quadrimestre/2017), a **despesa** com pessoal aumentou **14,36%** para o executivo e um aumento de **13,15%** para o legislativo, enquanto a Receita Corrente Líquida obteve um incremento de **10,36%**.

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 8.147.912,63, o que corresponde a **24,32%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município não atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal, até o momento. Ressaltamos que o índice acima deve ser cumprido até o final do exercício.

Conforme demonstrado no Quadro 8, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação ao FUNDEB. Assim, o ganho deverá ser deduzido dos gastos com educação para fins de apuração dos limites.

QUADRO 14 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.123.000,00	33.507.979,93	65,54%
Receitas de Impostos	8.893.500,00	6.093.395,87	68,52%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.229.500,00	27.414.584,06	64,92%
Impostos e Transferências Destinadas ao MDE - 25%	12.780.750,00	8.376.994,98	65,54%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	
	(a)	(b)	
ENSINO FUNDAMENTAL	7.754.380,36	4.833.480,24	62,33%
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.500.449,64	2.856.969,43	63,48%
Outras Subfunções	1.535.917,00	991.003,25	64,52%
(+ / -) Perda/Ganho com o FUNDEB	(648.700,00)	(492.718,09)	75,95%
(-) Rendimentos da MDE e FUNDEB	(95.700,00)	(40.822,20)	42,66%
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	13.046.347,00	8.147.912,63	62,45%
PERCENTUAL APLICADO - Mínimo de 25%	25,52%	24,32%	95,29%

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos constitucionais com Ações e Serviços Públicos de Saúde atingiram o montante de R\$ 6.382.592,22, o que corresponde a **19,05%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 até o momento, ressaltando que o limite deve ser cumprido até o final do exercício.

QUADRO 15 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
		(b)	(b/a)
(a)	(b)	(b/a)	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.123.000,00	33.507.979,93	65,54%
Receitas de Impostos	8.893.500,00	6.093.395,87	68,52%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.229.500,00	27.414.584,06	64,92%
Receita Mínima a Aplicar em ASP S (15%)	7.668.450,00	5.026.196,99	65,54%
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
		(b)	(b/a)
(a)	(b)	(b/a)	
ATENÇÃO BÁSICA	6.687.079,84	4.343.408,85	64,95%
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	588.506,29	317.826,91	54,01%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	597.344,67	307.582,10	51,49%
VIGILANCIA SANITARIA	88.386,70	54.377,99	61,52%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	156.854,62	73.294,43	46,73%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	1.933.177,00	1.294.697,75	66,97%
(-) Rendimentos da ASP S	(53.600,00)	(8.595,81)	16,04%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	9.997.749,12	6.382.592,22	63,84%
PERCENTUAL APLICADO - Mínimo 15%	19,56%	19,05%	97,40%

7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Complementar Municipal nº 033/2006, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 9.677.011,70, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram uma liquidação total de R\$ 6.987.908,33, obtendo-se um resultado **superavitário** de R\$ **2.689.103,37**, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 38.155.839,16, os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 16- RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
RECEITAS CORRENTES	5.638.700,00	5.055.968,14	89,67%
Receita de Contribuições	1.102.200,00	1.013.704,75	91,97%
Contribuições de Servidores p/ RPPS	1.102.200,00	1.013.704,75	91,97%
Receita Patrimonial	3.999.200,00	3.400.485,65	85,03%
Outras Receitas Correntes	537.300,00	641.777,74	119,44%
Compensações Previdenciárias	537.300,00	641.777,74	119,44%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.349.500,00	4.179.397,37	96,09%
Contribuição Patronal do Exercício	1.441.200,00	1.369.918,83	95,05%
Contrib. Previdenciaria p/ Amortiz. Deficit Atuarial	2.908.300,00	2.809.478,54	96,60%
OUTROS APORTES AO RPPS	456.776,93	441.646,19	96,69%
Repasso p/Pagto Inativos e Pens.e do Poder Executivo	456.776,93	441.646,19	96,69%
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	10.444.976,93	9.677.011,70	92,65%
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Program. no Período	Realiz. no Período	% Real. Período
ADMINISTRAÇÃO GERAL	86.666,66	53.873,32	62,16%
Despesas Correntes	86.000,00	53.326,12	62,01%
Despesas de Capital	666,66	547,20	82,08%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.233.826,93	6.934.035,01	95,86%
Aposentadorias	5.908.153,84	5.724.482,17	96,89%
Pensões	899.365,39	873.514,48	97,13%
Outros Benefícios Previdenciários	401.396,16	249.585,07	62,18%
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	24.911,54	86.453,29	347,04%
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	3.126.150,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	10.446.643,59	6.987.908,33	66,89%
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	-1.666,66	2.689.103,37	
	Saldo Dez/16	Saldo Ago/17	
Disponibilidade Financeira do RPPS	35.537.077,89	38.155.839,16	

6. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira **foram** atendidos, evidenciando assim a **desnecessidade** de ajustes na execução orçamentária, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Resultado Primário foi superado. O Resultado Nominal ficou abaixo da meta estabelecida. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais.

Fica demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Naor Orlando Kümpel
Secretário de Finanças